DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

Este curso de pós-graduação em Direito de Família e Sucessões foi idealizado, objetivando atender a demanda existente na área do Direito de Família e Sucessões, em tempos de mudanças econômicas, sociais e culturais, pelas quais passa o Brasil. Em sendo, o curso busca proporcionar o conhecimento teórico e prático em Direito de Família e Sucessões, visando uma atuação profissional qualificada na área, sob a ótica da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional, da doutrina e da jurisprudência. A abordagem técnico-científica contribuirá com as condições necessárias para uma atuação na advocacia, contenciosa ou consultiva, bem como em órgãos públicos e no auxílio ao planejamento e execução de contendas e outras questões familiares e de sucessão. O Curso na perspectiva democrática, orienta-se, pois, pela afirmação e garantia dos direitos e princípios ofertados e assegurados pela Constituição Federal Brasileira, com qualidade e igualdade social. Assim, os componentes curriculares e a abordagem teórico-metodológica deverão considerar a produção acadêmica de ponta da área, bem como, os fatores externos e internos associados ao Direito de Família e Sucessões e sua ordenação.

OBJETIVO

Promover a capacitação de bacharéis e profissionais em áreas que se relacionem diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas ao Direito de Família e Sucessões, com o objetivo de desenvolvimento da ciência jurídica e interação com a sociedade bem como desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área familiar, considerando os aspectos constitucionais e infraconstitucionais da legislação brasileira, propiciando sólidos conhecimentos conceituais e práticos na área do Direito de Família e Sucessões buscando a formação, a atualização e aperfeiçoamento de profissionais do Direito, promovendo, ainda, o aprofundamento teórico, técnico, prático e didático para a atuação na área do Direito de Família e Sucessões para formar especialistas em Direito de Família e Sucessões.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

506	Introdução à Ciência do Direito	30

APRESENTAÇÃO

Ciência do Direito: conceitos e epistemologia; A Epistemologia da Complexidade: para uma pesquisa científica do Direito; Para entender a epistemologia da complexidade: o pensamento de Morin; Como fazer Ciência do Direito na complexidade?; Direito e Ciência na teoria pura do Direito ee HANS KELSEN; Uma leitura crítica; Normas e proposições jurídicas; Causalidade (ser) e imputação (dever-ser); História: breve relato do direito primitivo ao direito contemporâneo; Fundamentos do Direito como Ciência; Norma Jurídica (proceptum juris); Interpretação da Norma Jurídica; As fontes do Direito; As fontes materiais; As fontes formais; As fontes estatais do Direito.

OBJETIVO GERAL

• Compreender as características que compõe a ciência do Direito.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar conceitos e epistemologia da ciência do direito; • Entender os fundamentos do Direito como Ciência; • Aprimorar a leitura crítica referente as normas e proposições jurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CIÊNCIA DO DIREITO: CONCEITOS E EPISTEMOLOGIA A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: PARA UMA PESQUISA CIENTÍFICA DO DIREITO PARA ENTENDER A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: O PENSAMENTO DE MORIN COMO FAZER CIÊNCIA DO DIREITO NA COMPLEXIDADE? DIREITO E CIÊNCIA NA TEORIA PURA DO DIREITO DE HANS KELSEN UMA LEITURA CRÍTICA NORMAS E PROPOSIÇÕES JURÍDICAS CAUSALIDADE (SER) E IMPUTAÇÃO (DEVER-SER) HISTÓRIA: BREVE RELATO DO DIREITO PRIMITIVO AO DIREITO CONTEMPORÂNEO FUNDAMENTOS DO DIREITO COMO CIÊNCIA NORMA JURÍDICA (PROCEPTUM JURIS) INTERPRETAÇÃO DA NORMA JURÍDICA AS FONTES DO DIREITO AS FONTES MATERIAIS AS FONTES FORMAIS AS FONTES ESTATAIS DO DIREITO

REFERÊNCIA BÁSICA

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução à Ciência do Direito. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) Dicionário compacto jurídico. 14 ed. São Paulo: Rideel, 2010. SOUZA, Daniel Coelho de. Introdução à Ciência do Direito. 6 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário Enciclopédico de Direito. São Paulo: Rieedel, 1992. REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 26 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002. WOLKMER, Antonio Carlos (org.). Fundamentos de História do Direito. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2008.

PERIÓDICOS

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. É apropriado falar-se em uma “Dogmática Jurídica”?. Cadernos da Escola de Direito. Disponível em: http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/direito/article/viewFile/103/93. Acesso em: 2 mar. 2013.

75	Pesquisa e Educação a Distância	30

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

504	**Direito Matrimonial e Parental: Novos Horizontes**	**30**

APRESENTAÇÃO

Direito Matrimonial e Parental: O Casamento; Das Finalidades e Características do Matrimônio; Da Natureza Jurídica do Matrimônio; Da Habilitação para o Casamento; Dos Impedimentos para o Casamento; Dos Ritos e Cerimônia; Do Casamento Inexistente, Nulo, Anulável, Putativo; O Casamento e seus Efeitos Jurídicos; Dos Efeitos Sociais do Casamento; Dos Efeitos Pessoais do Casamento; Dos Efeitos Patrimoniais; O Regime de Bens e as Convenções Antenupciais. Características das Convenções Antenupciais; Convenção Antenupcial; Imutabilidade das Convenções Antenupciais; Requisitos de Fundo da Convenção Antenupcial; Formalidades da Convenção Antenupcial; Caducidade das Convenções Antenupciais; A União Estável: Legalidade, Aspectos Jurídicos e Sociais; Das Famílias Simultânea e Recomposta; Direito Parental: O Conceito de Parentesco; Dos Conceito e Modalidades do Direito Parental; Da contagem de Graus e Afinidade no Direito Parental; Das Relações de Parentesco: Os Graus Partindo do Indivíduo; Graus dos Vínculos da Afinidade no Novo Código Civil; Dos Efeitos do Parentesco no Direito Parental; Dos Direitos e Deveres dos Avós ? Lei 12.398/2011. O Direito Parental e a Filiação; Filiação Antes da Constituição de 1988; Filiação após a Constituição de 1988. Filiação e Planejamento Familiar; Filiação Natural; Filhos Havidos na Constância do Casamento; Presunção da Paternidade; Os Alimentos: Gênese e Obrigações; Da Gênese Dos Alimentos; Pressupostos da Obrigação Alimentar; Dos Sujeitos da Obrigação Alimentar; Das Condições da Obrigação Alimentar; Da Ação De Alimentos ? Lei Nº 5.478/68.

OBJETIVO GERAL

Conhecer o Direito Matrimonial e Parental: O Casamento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar a Finalidades e Características do Matrimônio; Definir o Regime de Bens e as Convenções Antenupciais; Discriminar a Filiação e Planejamento Familiar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO MATRIMONIAL E PARENTAL: O CASAMENTO DAS FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS DO MATRIMÔNIO DA NATUREZA JURÍDICA DO MATRIMÔNIO DA HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO DOS IMPEDIMENTOS PARA O CASAMENTO DOS RITOS E CERIMÔNIA DO CASAMENTO INEXISTENTE, NULO, ANULÁVEL, PUTATIVO O CASAMENTO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS DOS EFEITOS SOCIAIS DO CASAMENTO DOS EFEITOS PESSOAIS DO CASAMENTO DOS EFEITOS PATRIMONIAIS O REGIME DE BENS E AS CONVENÇÕES ANTENUPCIAIS. CARACTERÍSTICAS DAS CONVENÇÕES ANTENUPCIAIS CONVENÇÃO ANTENUPCIAL IMUTABILIDADE DAS CONVENÇÕES ANTENUPCIAIS REQUISITOS DE FUNDO DA CONVENÇÃO ANTENUPCIAL FORMALIDADES DA CONVENÇÃO ANTENUPCIAL CADUCIDADE DAS CONVENÇÕES ANTENUPCIAIS A UNIÃO ESTÁVEL: LEGALIDADE, ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS DAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEA E RECOMPOSTA DIREITO PARENTAL: O CONCEITO DE PARENTESCO DOS CONCEITO E MODALIDADES DO DIREITO PARENTAL DA CONTAGEM DE GRAUS E AFINIDADE NO DIREITO PARENTAL DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO: OS GRAUS PARTINDO DO INDIVÍDUO GRAUS DOS VÍNCULOS DA AFINIDADE NO NOVO CÓDIGO CIVIL DOS EFEITOS DO PARENTESCO NO DIREITO PARENTAL DOS DIREITOS E DEVERES DOS AVÓS – LEI 12.398/2011 O DIREITO PARENTAL E A FILIAÇÃO FILIAÇÃO ANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 FILIAÇÃO APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988 FILIAÇÃO E PLANEJAMENTO FAMILIAR FILIAÇÃO NATURAL FILHOS HAVIDOS NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO PRESUNÇÃO DA PATERNIDADE OS ALIMENTOS: GÊNESE E OBRIGAÇÕES DA GÊNESE DOS ALIMENTOS PRESSUPOSTOS DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DOS SUJEITOS DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DAS CONDIÇÕES DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DA AÇÃO DE ALIMENTOS – LEI Nº 5.478/68

REFERÊNCIA BÁSICA

ANTUNES JUNIOR, Antônio Carlos. Casamento nulo e anulável. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 59, 1out. 2002. COLTRO, Antônio Carlos Mathias. Casamento e união estável – eficácia, direitos e deveres. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando (Coord.) Direito de Família e das sucessões. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009. CZAJKOWSKI, Rainer. União livre: à luz das leis 8.971/94 e 9.278/96. – 2.ed. ver. e ampl. Curitiba: Juruá, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. Direito de Família. Volume 5. 6 Ed. Belo Horizonte: Del Rey. 2003. FACHIN, Luiz Edson. Elementos críticos do Direito de Família. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. LUZ, Valdemar P. da. Manual de Direito de Família. São Paulo: Manole, 2013. MACIEL, Patrícia Bonfante. Famílias simultâneas: uma análise doutrinária acerca das consequências jurídicas em caso de dissolução. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2012. MADALENO, Rolf. Direito de família e o novo Código Civil. Belo Horizonte, Del Rey, 2001. MATOS, Ana Carla Harmatiuk. Aspectos jurídicos das famílias homossexual, simultânea e recomposta. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando (Coord.) Direito de Família e das sucessões. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

PERIÓDICOS

LISBOA, Roberto Senise. Direito de Família e das Sucessões. Volume 5. 2 Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002

76	Metodologia do Ensino Superior	60

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

507	Tópicos Especiais da Ciência do Direito	30

APRESENTAÇÃO

Direito, Ética e Moral; Direito e Equidade; Equidade como Instrumento de Integração de Lacunas; Direito e Justiça: Uma relação tormentosa, mas necessária; Os Filósofos e as Visões da Justiça; "Conceitos" de Justiça; A Equidade e a Justiça; Arbitrariedade e a Justiça; Elementos da Justiça na sua Manifestação Existencial; Justiça como um Valor; Justiça como Princípio; Reflexões sobre Moral, Ética e Direito e sua Influência sobre as Profissões Jurídicas; A Questão Ética enquanto Questão Moral; Ética, Moral e Direito e o Problema da Coercibilidade; Positivismo Jurídico e sua Influência Sobre e Ética; A Sociedade Como Início e Fim Da Ciência Jurídica; Cooperação Entre Moral e Direito na Construção da Ordem Jurídica Nacional; A Crise Referente ao Exercício das Profissões Jurídicas no Brasil; Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Civis e Políticos; Como Compreender a Concepção Contemporânea de Direitos Humanos?; Questões Éticas Contemporâneas.

OBJETIVO GERAL

• Analisar e Discutir os fundamentos norteadores da ciência do direito, compreendendo a formação histórico social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os princípios do direito, ética e moral • Estabelecer uma discussão crítica a respeito da Filosofia do direito • Compreender os conceitos dos direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO, ÉTICA E MORAL DIREITO E EQUIDADE EQUIDADE COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO DE LACUNAS DIREITO E JUSTIÇA: UMA RELAÇÃO TORMENTOSA, MAS NECESSÁRIA OS FILÓSOFOS E AS VISÕES DA JUSTIÇA "CONCEITOS" DE JUSTIÇA A EQUIDADE E A JUSTIÇA ARBITRARIEDADE E A JUSTIÇA ELEMENTOS DA JUSTIÇA NA SUA MANIFESTAÇÃO EXISTENCIAL JUSTIÇA COMO UM VALOR JUSTIÇA COMO PRINCÍPIO REFLEXÕES SOBRE MORAL, ÉTICA E DIREITO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS PROFISSÕES JURÍDICAS A QUESTÃO ÉTICA ENQUANTO QUESTÃO MORAL ÉTICA, MORAL E DIREITO E O PROBLEMA DA COERCIBILIDADE POSITIVISMO JURÍDICO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A ÉTICA A SOCIEDADE COMO INÍCIO E FIM DA CIÊNCIA JURÍDICA COOPERAÇÃO ENTRE MORAL E DIREITO NA CONSTRUÇÃO DA ORDEM JURÍDICA NACIONAL A CRISE REFERENTE AO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES JURÍDICAS NO BRASIL DIREITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS E DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS COMO COMPREENDER A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS? QUESTÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emílio. Ética. Trad. Ilvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2009. GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) Dicionário compacto jurídico. 14 ed. São Paulo: Rideel, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário Enciclopédico de Direito. São Paulo: Rideel, 1992. BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. Teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1999. (Sinopses Jurídicas, 11). BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao Estudo do Direito. 8 ed. São Paulo: Editora Letras e Letras, 2002. Diniz, Maria Helena. Conceito de Norma Jurídica como Problema de Essência. São Paulo: Saraiva, 1985. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1985. LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. 31 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos,1996.

PERIÓDICOS

GAMA, Tácio Lacerda. Obrigação e Crédito Tributário- anotações as margens da teoria de Paulo Barros Carvalho-Revista Tributária e Finanças-v.11,n.50, maio/junho, 2003.

501	Direito das Sucessões, Sucessão em Geral e Sucessão Legítima: Problemas Jurídicos	60

APRESENTAÇÃO

O Direito das Sucessões: Conceitos, Princípios e Classificação; Conceito de Direito das Sucessões; Princípios do Direito das Sucessões; Classificação; Abertura da Sucessão; Lugar de Abertura e Competência; Leis Aplicáveis; Efeitos da Sucessão; Direito de Sucessões e os Sucessores; Aceitação e Renúncia da Herança; das Espécies de Sucessão; Herdeiros; Legatários; Legítimos; Facultativos; O Direito das Sucessões e a Herança; O Legado; Conceito; Aceitação da Herança; Espécies de Aceitação; Características da Aceitação; Sucessão a Benefício de Inventário; Renúncia Da Herança; Conceito; Espécies; Efeitos e Restrições à Herança; Irrevogabilidade da Aceitação e da Renúncia; Cessão dos Direitos Hereditários; O Direito de Sucessões e a Vocação Hereditária; Modos de Suceder; Modos de Partilhar; O Direito de Sucessões e os Excluídos da Sucessão.

OBJETIVO GERAL

Compreender os Direito das Sucessões: Conceitos, Princípios e Classificação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Conhecer os Princípios do Direito das Sucessões; Definir Sucessão a Benefício de Inventário; Diferenciar o Direito de Sucessões e a Vocação Hereditária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O DIREITO DAS SUCESSÕES: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E CLASSIFICAÇÃO DO CONCEITO DE DIREITO DAS SUCESSÕES DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO DAS SUCESSÕES DA CLASSIFICAÇÃO DA ABERTURA DA SUCESSÃO DO LUGAR DE ABERTURA E COMPETÊNCIA DAS LEIS APLICÁVEIS DOS EFEITOS DA SUCESSÃO DO DIREITO DE SUCESSÕES E OS SUCESSORES ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA DAS ESPÉCIES DE SUCESSÃO DOS HERDEIROS LEGATÁRIOS LEGÍTIMOS. FACULTATIVOS O DIREITO DAS SUCESSÕES E A HERANÇA O LEGADO DO CONCEITO DA ACEITAÇÃO DA HERANÇA DAS ESPÉCIES DE ACEITAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DA ACEITAÇÃO DA SUCESSÃO A BENEFÍCIO DE INVENTÁRIO DA RENÚNCIA DA HERANÇA DAS ESPÉCIES DOS EFEITOS E RESTRIÇÕES À HERANÇA DA IRREVOGABILIDADE DA ACEITAÇÃO E DA RENÚNCIA DA CESSÃO DOS DIREITOS HEREDITÁRIOS O DIREITO DE SUCESSÕES E A VOCAÇÃO HEREDITÁRIA DOS MODOS DE SUCEDER DOS MODOS DE PARTILHAR O DIREITO DE SUCESSÕES E OS EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO

REFERÊNCIA BÁSICA

CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Curso avançado de Direito Civil. V. 6. São Paulo: RT, 2000. CAHALI, Francisco José. Sujeito da sucessão: capacidade e legitimidade. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando (Coord.) Direito de Família e das sucessões. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. V. IV. Vol. IV, Sucessões, Atualizada após o CC 2002,19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2010. FARIAS, Cristiano Chaves de. Incidentes à transmissão da herança: aceitação, renúncia, cessão de direitos hereditários e petição de herança. In: HIRONAKA, Giselda Maria F. N.; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito das sucessões. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. HIRONAKA, Giselda Maria F. N.; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito das sucessões. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Comentários ao Código Civil. Vol. 20, Coord. Antônio Junqueira Azevedo. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. JUNGES, Amanda. A ordem da vocação hereditária e a discriminação do companheiro frente aos herdeiros necessários. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo: 2012.

PERIÓDICOS

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Sucessões. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

505	Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal: Problemas Jurídicos e Empresariais	30

APRESENTAÇÃO

O Divórcio e a Separação Judicial; Separação Judicial; Divórcio; A Separação Judicial e o Divórcio na CF/88 e no Código Civil de 2002; Separação e Divórcio: Aspectos Constitucionais Atuais; Introdução; A Separação e o Divórcio no Código Civil De 2002; A Separação e o Divórcio após a Emenda Constitucional Nº 66/2010; Conclusão; Casamento, Regime de Bens e Separação; Regime de Bens; Mutabilidade do Regime de Bens; Princípios Regentes do Regime de Bens; Regime de Comunhão Parcial de Bens; Regime de Comunhão Universal de Bens; Regime de Participação Final dos Aquestos; Regime de Separação de Bens; A Mediação dos Conflitos no Direito de Família; Conflitos: causa-raiz, gênese e conceito; Causas Acessórias e Fatores que Levam aos Conflitos; O Custo dos Conflitos; Como Administrar Conflitos; Justiça Estatal; Arbitragem; Negociação; Conciliação; Mediação; Mediados e dos Mediandos; Comportamentos dos Mediandos; Mediação Familiar; Aplicação da Mediação na Reconciliação de Casais; Mediação na Separação Amigável; Mediação Familiar Como Forma de Resolução de Conflitos em Casos de Alienação Parental.

OBJETIVO GERAL

Conhecer a Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal: Problemas Jurídicos e Empresariais

OBJETIVO ESPECÍFICO

Diferenciar Separação e Divórcio: Aspectos Constitucionais Atuais; Definir Casamento, Regime de Bens e Separação; Conhecer a Mediação Familiar Como Forma de Resolução de Conflitos em Casos de Alienação Parental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O DIVÓRCIO E A SEPARAÇÃO JUDICIAL DA SEPARAÇÃO JUDICIAL AINDA SOBRE A SEPARAÇÃO DO DIVÓRCIO AINDA SOBRE O DIVÓRCIO A SEPARAÇÃO JUDICIAL E O DIVÓRCIO NA CF/88 E NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS ATUAIS INTRODUÇÃO A SEPARAÇÃO E O DIVÓRCIO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 A SEPARAÇÃO E O DIVÓRCIO APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66/2010 CONCLUSÃO CASAMENTO, REGIME DE BENS E SEPARAÇÃO DO REGIME DE BENS DA MUTABILIDADE DO REGIME DE BENS. PRINCÍPIOS REGENTES DO REGIME DE BENS DO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS DO REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS DO REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL DOS AQUESTOS. DO REGIME DE SEPARAÇÃO DE BENS A MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS NO DIREITO DE FAMÍLIA CONFLITOS: CAUSA-RAIZ, GÊNESE E CONCEITO CAUSAS ACESSÓRIAS E FATORES QUE LEVAM AOS CONFLITOS O CUSTO DOS CONFLITOS COMO ADMINISTRAR CONFLITOS DA

JUSTIÇA ESTATAL DA ARBITRAGEM DA NEGOCIAÇÃO DA CONCILIAÇÃO DA MEDIAÇÃO, NOVAMENTE..... DOS MEDIADOS E DOS MEDIANDOS DO COMPORTAMENTOS DOS MEDIANDOS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR DA APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO NA RECONCILIAÇÃO DE CASAIS DA MEDIAÇÃO NA SEPARAÇÃO AMIGÁVEL DA MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

REFERÊNCIA BÁSICA

CARVALHO, João Andrades. Regime de Bens, Rio de Janeiro: AIDE, 1996. DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS JUNIOR, Marcos Júlio Olivé. Mediação e Solução de conflitos: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MAGALHÃES, Rui Ribeiro de. Direito de família no novo código civil brasileiro. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. MOREIRA, Adilson José. União Homoafetiva - A Construção da Igualdade na Jurisprudência Brasileira. 2 ed. Rev. e Atual. Curitiba: Juruá, 2012. NEVES, Gustavo Bregalda; LOYOLA, Kheyder. Vade Mecum esquematizado de doutrina. São Paulo: Rideel, 2011. SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. O que é mediação de conflitos? Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliensi, 2007. TARTUCE, Flávio. Direito Civil: direito de família. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011. VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Método, 2008. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Direito de Família. V. 6. 13. ed., v. VI, São Paulo: Atlas, 2013.

PERIÓDICOS

ALMEIDA, Jorge Luiz de. Antecipação de Tutela no Direito de Família e Responsabilidade Civil. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 9(16-17): 111-116, jan.-dez. 2009.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO

CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

502	Direito das Sucessões: Avanços e Retrocessos	60

APRESENTAÇÃO

As Regras de Sucessão; O Código Civil, As Sucessões e os Descendentes; Descendentes sem Concorrência do Cônjuge ou Companheiro; Descendentes Concorrendo com Cônjuge; Ascendentes sem Concorrência do Cônjuge ou Companheiro; Ascendentes Concorrendo com Cônjuge; Sucessão Legítima; Sucessão Legítima do Cônjuge; Sucessão Legítima dos Colaterais; Sucessão Legítima dos Companheiros; Sucessão Legítima: Companheiro e o Direito à Legítima; Dúvida sobre Concorrência do Cônjuge Casado no Regime da Comunhão Parcial; Testamentos: Conceito, Tipos e Ocorrências; Testamento Público; Testamento Cerrado; Testamento Particular; Testamento Vital ou Biológico; Formas Especiais de Testamento; Testamento Marítimo; Testamento Aeronáutico; Testamento Militar.

OBJETIVO GERAL

Dominar o código civil, as sucessões e os descendentes.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Identificar sucessão legítima: do companheiro e o direito à legítima; Descrever testamentos: conceito, tipos e ocorrências; Entender as dúvida sobre concorrência do cônjuge casado no regime da comunhão parcial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AS REGRAS DE SUCESSÃO O CÓDIGO CIVIL, AS SUCESSÕES E OS DESCENDENTES DOS DESCENDENTES SEM CONCORRÊNCIA DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO DOS DESCENDENTES CONCORRENDO COM CÔNJUGE DOS ASCENDENTES SEM CONCORRÊNCIA DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO DOS ASCENDENTES CONCORRENDO COM CÔNJUGE DA SUCESSÃO LEGÍTIMA DA SUCESSÃO LEGÍTIMA DO CÔNJUGE DA SUCESSÃO LEGÍTIMA DOS COLATERAIS DA SUCESSÃO LEGÍTIMA DOS COMPANHEIROS SUCESSÃO LEGÍTIMA: DO COMPANHEIRO E O DIREITO À LEGÍTIMA DÚVIDA SOBRE CONCORRÊNCIA DO CÔNJUGE CASADO NO REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL TESTAMENTOS: CONCEITO, TIPOS E OCORRÊNCIAS DO TESTAMENTO PÚBLICO DO TESTAMENTO CERRADO DO TESTAMENTO PARTICULAR DO TESTAMENTO VITAL OU BIOLÓGICO DAS FORMAS ESPECIAIS DE TESTAMENTO TESTAMENTO MARÍTIMO TESTAMENTO AERONÁUTICO TESTAMENTO MILITAR

REFERÊNCIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, Fabiola Santos. O instituto do parto anônimo no direito brasileiro: avanços ou retrocessos? In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando (Coord.) Direito de Família e das sucessões. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009. AZEVEDO, Álvaro Villaça. Bem de Família: Com Comentários à Lei 8.009/90. 5 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. BEVILAQUA, Clovis. Código dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Rio, 1976. v. 2. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, 5vol. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRANDELLI, Leonardo. Alguns apontamentos acerca do testamento público no novo Código Civil. 2004. CARVALHO NETO, Inácio de. A sucessão do cônjuge e do companheiro no novo código civil. CARVALHO, Dimas Messias de. Sucessão legítima do cônjuge e do companheiro no novo código civil. DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. São Paulo: Saraiva, 2001.

PERIÓDICOS

ALMEIDA, Marília. Parto Anônimo. Revista Visão Jurídica, São Paulo: Escala, n. 4, 2008.

503	Direito de Família: Avanços e Retrocessos	45

APRESENTAÇÃO

O conceito de família e do direito de família; O conceito de família no direito antigo, no direito intermédio, no direito moderno e contemporâneo, no direito brasileiro; A família homoafetiva; O direito de família e os princípios constitucionais na perspectiva jurídica da atualidade; Os princípios constitucionais do direito de família; O princípio do respeito à dignidade da pessoa humana; O princípio da ratio do matrimônio ou da união estável; O princípio da igualdade jurídica de todos os filhos; o princípio da igualdade jurídica dos cônjuges e dos companheiros; O princípio da consagração do poder familiar; O princípio da paternidade responsável e do planejamento familiar; O princípio da liberdade de constituir uma comunhão de vida familiar; O princípio da solidariedade familiar (Art. 3º, I, CF/88); O princípio do melhor interesse da criança; O princípio da função social da família; O direito de família no novo código civil; Principais alterações do novo Código Civil no direito de família; Características peculiares.

OBJETIVO GERAL

Saber a importância do conceito de família e do direito de família.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Conhecer o conceito de família no direito antigo, no direito intermédio, no direito moderno e contemporâneo, no direito brasileiro; Diferenciar os princípios constitucionais do direito de família; Descrever as principais alterações do novo Código Civil no direito de família;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O CONCEITO DE FAMÍLIA E DO DIREITO DE FAMÍLIA O CONCEITO DE FAMÍLIA NO DIREITO ANTIGO NO DIREITO INTERMÉDIO NO DIREITO MODERNO E CONTEMPORÂNEO NO DIREITO BRASILEIRO A FAMÍLIA HOMOAFETIVA O DIREITO DE FAMÍLIA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA PERSPECTIVA JURÍDICA DA ATUALIDADE O DIREITO DE FAMÍLIA OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA O PRINCÍPIO DO RESPEITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA O PRINCÍPIO DA RATIO DO MATRIMÔNIO OU DA UNIÃO ESTÁVEL O PRINCÍPIO DA IGUALDADE JURÍDICA DE TODOS OS FILHOS O PRINCÍPIO DA IGUALDADE JURÍDICA DOS CÔNJUGES E DOS COMPANHEIROS; O PRINCÍPIO DA CONSAGRAÇÃO DO PODER FAMILIAR O PRINCÍPIO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL E DO PLANEJAMENTO FAMILIAR O PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE CONSTITUIR UMA COMUNHÃO DE VIDA FAMILIAR O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE FAMILIAR (ART. 3º, INC. I, CF/88) O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA O DIREITO DE FAMÍLIA NO NOVO CÓDIGO CIVIL PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO NOVO CÓDIGO CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA CARACTERÍSTICAS PECULIARES

REFERÊNCIA BÁSICA

AZEVEDO, B. M. V. de. O amor como fundamento legitimador do Direito. Instituto Brasileiro de Direito de Família, Belo Horizonte, jan. 2007. BARROS, S. R. O Direito ao afeto. Instituto Brasileiro de Direito de Família, Belo Horizonte, jun. 2002. CARDIN, Valéria Silva Galdino. Do planejamento familiar, da paternidade responsável e das políticas públicas. IBDFAM, Belo Horizonte.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CASTRO, A. M. O. de. A família, a sociedade e o direito. In: ELESBÃO, E. C. (Coord.). Pessoa, gênero e família: Uma visão integrada do Direito. Porto Alegre: Livaria do Advogado, 2002. DIAS, Maria Berenice. Família, ética e afeto. Brasília: Consulex, 15 abr. 2004, n. 174. FACHIN apud CUNHA, M. E. de O. O afeto face ao princípio da dignidade da pessoa humana e seus efeitos jurídicos no Direito de Família. Instituto Brasileiro de Direito de Família, Belo Horizonte, jan. 2009. GOMES, O. Direito de Família. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Direito das sucessões: inventário e partilha. Editora Del Rey, 2011. HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando (Coord.) Direito de Família e das sucessões. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

PERIÓDICOS

FUGIE, E. H. A união homossexual e a Constituição Federal. Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, out./dez. 2002. n. 15., p. 133.

20	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**30**

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O especialista em Direito de Família e Sucessões tem conhecimentos essenciais para a compreensão da família e do direito sucessório como direito matrimonial, direito convivencial, direito parental e sucessão testamentária.